

AS LIGAS CAMPESSINAS DO PCB: A TRANSFORMAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA EM AÇÃO POLÍTICA (1928-1947)

BERNARDO SOARES DOS SANTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

RESUMEN

Este trabajo trata de las ligas campesinas que fueron creadas por el Partido Comunista de Brasil. El análisis de ellas no se limita al corto periodo de su existencia (1945-1947), visto que está centrado en las primeras referencias de este tipo de organización en los últimos años de la década de 1920. Enfoca, de manera explícita, los importantes elementos que formaron parte de su estructura y funcionamiento, buscando destacar también posibles líneas de continuación con las organizaciones de trabajadores creadas en las décadas de 50 y 60, como los sindicatos y las “nuevas” Ligas Campesinas de Francisco Julião.

Palabras claves: Movimientos sociales, Partido Comunista, lucha por la tierra

ABSTRACT

This article treats about peasant leagues that were created for the Comunist Party of Brazil. The analysis about this leagues are not limited just at the short period of their existence (1945-1947), as it stoop in the first references about this kind of organization in the late 20's. We will also consider important elements that were part of their structure and work, trying to point out possible lines of continuity with the organizations of workers created in fifties and sixties decades, like the labor union and the “new” peasant leagues of Francisco Julião.

Key words: social movements, Comunist party, faight for territory

INTRODUÇÃO

O movimento de pequenos lavradores desencadeado a partir de meados da década de 1950, no interior de Pernambuco, conquistaria em pouco tempo ampla repercussão não só no estado como em boa parte do território brasileiro. As iniciativas de protesto e as formas de pressão dos *foreiros* do *Engenho da Galiléia* serviam de inspiração para trabalhadores agrícolas da Paraíba, Ceará, Goiás, Rio de Janeiro e Minas Gerais empunharem com decisão

a bandeira da Reforma Agrária. Tal movimento ficaria conhecido pelo nome de Ligas Camponesas, tendo o advogado e deputado pernambucano Francisco Julião como seu maior expoente, o qual teria sido também o maior responsável pela radicalização das Ligas a partir do início da década de 1960, simbolizada pelos dizeres “Reforma Agrária na Lei ou na marra!” – termo pelo qual os membros do movimento revelavam a sua disposição ao uso da força, isto é, o emprego das armas de modo a verem atendidas suas reivindicações se fosse preciso.¹ Suas ações e falas (notadamente as de Julião) teriam exercido um grande fascínio em largas camadas não só dos trabalhadores rurais como também da intelectualidade urbana de esquerda. Não á toa, uma das primeiras iniciativas dos militares logo após o Golpe de 1964, foi justamente fechar as Ligas Camponesas e perseguir teozamente os seus principais líderes.²

Mesmo tendo seu projeto tragicamente abortado, as Ligas passaram a ocupar no âmbito da literatura sobre movimentos sociais do campo no Brasil, um lugar de valiosíssimo destaque. Segundo Leonilde Medeiros, as Ligas passaram a figurar no “imaginário sociológico” como um verdadeiro marco de ruptura, a partir do qual era possível proceder à distinção entre movimentos “revolucionários” e “reformistas”.³ De certa forma, os intelectuais reafirmavam nesse tipo de discurso o grande entusiasmo que o movimento despertou em vários setores sociais das décadas de 1950 e 1960. Ao levar adiante uma agressiva atuação de pressão política no e por meio do espaço público (ruas, sedes dos legislativos municipais e estaduais, etc.), o movimento, por meio de seus atos, abria novos horizontes e perspectivas para os trabalhadores rurais, tornando possível que tivessem uma nova visão sobre o seu lugar na sociedade e, conseqüentemente, sobre aquilo que entendiam e podiam fazer por seus direitos. O depoimento de João Pedro Stédile, um dos principais líderes do atual Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, é emblemático. Assim ele comenta o significado histórico das Ligas Camponesas do Nordeste:

“Revitalizando um nome já conhecido e motivadas pela luta pelo direito à terra, as Ligas mobilizaram, durante dez anos, milhares de camponeses brasileiros, gerando revoltas e esperanças. E, sobretudo, propiciou dignidade a milhares de cidadãos que viviam no interior, em especial na região Nordeste do Brasil.

Esse movimento camponês, por fazer a luta direta, por estimular a mobilização das massas e por exigir das autoridades e das oligarquias soluções imediatas para seus problemas, se politizassem com muita rapidez”.⁴

Porém, se tais Ligas receberam o devido destaque na literatura sociológica brasileira, o mesmo não aconteceria com as primeiras Ligas Camponesas. Sim, porque as Ligas do Nordeste também conhecidas como “as Ligas de Julião” –este, cabe informar, era deputado pelo Partido Socialista Brasileiro– foram criadas a partir de 1955. Já as Ligas Comunistas

¹ ver MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de: *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

² ver o documentário do diretor Eduardo Coutinho, “Cabra marcado para morrer”.

³ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de: *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses*. Comunistas e a constituição de classes no campo. Campinas, Unicamp, Tese de doutorado, 1995.

⁴ STÉDILE, João Pedro (Org.): *História e natureza das lutas das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

foram criadas 10 anos antes pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1945. É bem verdade que sua existência foi demasiado curta, apenas dois anos. Em 1947 todas elas tinham sido fechadas por consequência da decretação de ilegalidade do PCB por parte do Tribunal Superior Eleitoral.

A efemeridade dessas Ligas Camponesas comunistas talvez tenha servido de motivo para que os estudiosos pouco tenham se detido sobre ela. A bem da verdade, sua curta existência era tida como um seguro fiador de sua fragilidade, tanto em termos de uma organização inadequadamente estruturada quanto de uma entidade com pouca adesão junto às camadas camponesas. Fragilidade essa que adviria, sobretudo, de sua ligação umbilical com o PCB. Nesse sentido, tanto o surgimento quanto o desaparecimento dessas Ligas não eram mais do que repercussões das venturas e desventuras de seu verdadeiro criador e tutor, o PCB. Vejamos o que Fernando Azevedo, em seu excelente estudo sobre as Ligas Camponesas pernambucanas das décadas de 1950 e 1960, conta-nos a respeito da criação das Ligas comunistas nos anos quarenta:

*“Com a conquista da legalidade e a ampliação do seu quadro de militantes, e a necessidade de enfrentar as disputas eleitorais, o PCB amplia o raio da sua ação e da sua presença até o campo, onde, espera arregimentar uma clientela eleitoral que neutralize, em parte, o poder dos currais eleitorais sob o domínio das oligarquias coronelistas”.*⁵

Em função desse ímpeto do partido na conquista de espaço no plano da política institucional, teriam sido criadas as Ligas de Escada, Goiana, Pau D’Alho e Iputinga. Todas elas eram localidades do interior do estado de Pernambuco. Mas o autor acrescenta que “essas Ligas eram muito mais apêndices da estrutura unitária e centralizada do PCB, do que uma entidade de massa ou um instrumento corporativo com vida própria”.⁶

Opinião um tanto diferente tem Elide Rugai Bastos, que estudando as mesmas Ligas, afirma que “embora articuladas ao PC, constituíam-se em núcleos autônomos, por isso mesmo sujeitos ao arbítrio dos proprietários e ao sabor do jogo político local”.⁷ Mas mesmo aqui tal autonomia é vista como uma deficiência ou fragilidade, tanto mais que as Ligas da década seguinte eram articuladas por uma organização regional. Ou seja, em comparação com as Ligas que as sucederam, as Ligas comunistas, mais uma vez, deixavam a desejar.

No entanto, as poucas e ao mesmo tempo contundentes assertivas sobre as Ligas Camponesas comunistas parecem ter deixado de lado alguns componentes importantes de sua trajetória histórica. De certo muito pouco se escreveu sobre as primeiras propostas de criação dessas entidades no interior dos círculos intelectuais de esquerda e do próprio movimento dos trabalhadores. Há no tocante a esse ponto duas questões cruciais: a) como tais propostas eram influenciadas pelos movimentos camponeses que ocorriam naquele momento; b) como as discussões, projetos e ações em torno das Ligas Camponesas indicavam transformações ou reordenações no equilíbrio interno de forças entre os grupos que compunham o movimento comunista internacional e, em particular, o PCB.

⁵ AZEVEDO, Fernando: *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁶ idem.

⁷ BASTOS, Elide Rugai: *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Existem ainda outros aspectos cujo exame se faz também necessário: o que essas Ligas, ao serem criadas, desenvolviam em termos de práticas de reivindicação e luta por direitos? O que elas significaram em termos de referencial político e associativo para os segmentos de trabalhadores do campo? E sobre a possível linha de continuidade entre estas Ligas e as entidades representativas criadas nas décadas posteriores? É à exploração de algumas dessas questões que dedicamos as linhas que se seguem. Vamos a elas.

1928-1943: AS LIGAS CAMPONESAS EM DIFERENTES PROJETOS

É interessante notar que o debate sobre as questões do movimento camponês – e conseqüentemente o tema Ligas Camponesas – que é travado no PCB durante as suas duas primeiras décadas de existência, acompanhou com extrema perfeição as oscilações e contradições provocadas por uma dupla relação de tensão, a qual continuaria fazendo parte integrante da vida do Partido por várias décadas adiantes, mas que nesse período possuía contornos bem mais agudos, que em certas ocasiões pareciam conduzir o Partido ao desaparecimento: de um lado, a pouco democrática relação do PCB com a Internacional Comunista; do outro, o sempre incandescente jogo de disputas entre grupos no seu interior. Vejamos então como isso se deu nas décadas de 1920 e 1930.

A “Questão Camponesa” não parecia, no início da década de 1920, ser algo que preocupasse efetivamente os homens que se auto-proclamavam “seguidores” da Revolução Russa, ao contrário do que acontecia com comunistas de outros países, como Argentina, Colômbia, Itália, China e outros. Muito embora seu Comitê Central considerasse, numa de suas resoluções aprovadas em fins de dezembro de 1926, ser importante “exercer influência sobre as organizações de arrendatários pobres, pequenos lavradores, funcionários de baixa categoria, empregados inferiores e pescadores (...)”.⁸

Foi só a partir das diretrizes estabelecidas pela Internacional Comunista (IC) que os comunistas brasileiros passariam a cuidar com mais atenção dos problemas da “pobre gente do campo”. E para tanto criou-se o Bloco Operário Camponês (BOC)⁹, que em 1927, substituiria o Bloco Operário (BO).

Tendo como palavra de ordem fundamental “A terra a quem nela trabalha”, o *III Congresso Nacional* realizado no final de 1928, encarregava o Comitê Central então eleito “da tarefa de realizar um estudo mais profundo e detalhado sobre esta questão”, devendo criar para tal fim uma “comissão especial”.¹⁰ No evento também seriam aprovadas “consignas provisórias”, de “aplicação geral”, tais como: salário de acordo com o custo de vida; cooperativas de produção e de consumo, e fornecimento de matérias-primas isentas de impostos; combate enérgico e decisivo às reminiscências da escravidão; saneamento das zonas insalubres; instrução primária e obrigatória, com construção de prédios adequados; diminuição dos impostos dos veículos que “servem a lavoura”, assim como a supressão do imposto que proíbe o livre-comércio de seus produtos; residências higiênicas e confortáveis; fornecimento de instrumentos; diminuição das horas de trabalho; ampla liberdade de associação, de palavra, de imprensa, etc; união com os “trabalhadores da indústria” na luta contra os “imperialismos opressores”; ajuda contra as pragas de insetos; liberdade de voto, direito a candidatos próprios, organização de “outros” Blocos Operários e Camponeses.

⁸ Apud CARONE, Edgar: *O P.C.B. (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982. p. 49.

Também seriam discutidas e aprovadas “consignas” que procuravam dar conta das especificidades sócio-econômicas (regimes de propriedade, formas de trabalho, etc.) de cada região do país. Na região Sudeste, por exemplo, onde era maior a concentração dos “trabalhadores rurais” – e sobressaindo entre eles aqueles envolvidos com a produção de café – o Partido propugnava medidas como “remuneração dos colonos igual a dos assalariados comuns” e “expulsão dos administradores fiscais prepotentes”. Medidas específicas também foram propostas para o Norte e “Extremo-Norte” (“verdadeiros feudos” no dizer dos comunistas), Nordeste (onde “ainda perdura[va] a escravidão dos trabalhadores”) e para um território que compreendia Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul e norte de Minas. Como parte da tentativa de estabelecer um programa que abarcasse as especificidades entre essas várias regiões, os comunistas assinalariam as três categorias que no seu entender comporiam a “classe dos camponeses”, a saber: os “assalariados” ou “operários agrícolas”, os “colonos” e os “peões”. O curioso é que este documento fazia pouca alusão às categorias de trabalhadores não-assalariados e a possíveis formas de organização, o que, em certa medida, contrariava as determinações do Secretariado Sul-Americano da IC (SSA/IC). Este, desde a primeira metade de 1928, defendia a tese de que o proletariado e “seu partido” deviam “em primeiro lugar, unir-se estreitamente ao campesinato, organizando os operários agrícolas como uma fonte para organizar os camponeses pobres, os arrendatários, os colonos, em Ligas Camponesas orientadas para a política do *Krestintern* [abreviação, em russo, da Internacional Camponesa]”.¹¹

O que é de certa forma intrigante, já que havia em andamento ações concretas do próprio PCB em algumas regiões do interior do país junto a setores não assalariados por volta de 1928, com o fito de arregimentá-las em “organizações camponesas”. Segundo nos informa Ronald Chilcote, as primeiras seriam denominadas de Ligas Camponesas, conforme propunha o próprio Partido já há algum tempo. Militantes comunistas teriam organizado uma no interior do estado de São Paulo, nas zonas de Sertãozinho e Ribeirão Preto. Os trabalhadores rurais nela reunidos teriam ainda, “sob a liderança de Teotônio de Souza Lima”, realizado “passeatas de protesto nas grandes plantações cafeeiras”.¹² Há também informações desse mesmo ano que dão conta que, além de São Paulo, havia um trabalho de organização de “pequenos lavradores” do Rio de Janeiro (Distrito Federal) e que os Comitês Regionais de Pernambuco e Rio Grande do Sul também já estavam destacando “camaradas para esse trabalho” de atuação no campo.¹³

Em termos de relação interna entre os grupos e correntes do PCB, o *III Congresso*, ao chancelar a linha da “frente única”, propiciaria o fortalecimento do grupo dirigente do Partido. Tal fato seria ratificado na *I Conferência Comunista da América Latina*, que reuniria 14 países e onde teriam boa acolhida as propostas apresentadas pela delegação brasileira,

⁹ Segundo DEL ROIO, Marcos: *A classe operária na revolução burguesa*. A política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, pp. 92-93, o nome BOC devia sua origem à proposta formulada por Georgi Dimitrov, em 1923, ao partido da União Camponesa da Bulgária, com a finalidade de lutar contra a ditadura militar que então governava aquele país.

¹⁰ “Resolução sobre a questão camponesa no Brasil”, in SANTOS, Raimundo. (org.): *Questão agrária e política*: autores pecebistas. Rio de Janeiro: EDUR, 1996. p. 39.

¹¹ CARONE, Edgar: *O P.C.B.* (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982. p. 269.

¹² CHILCOTE, Ronald H.: *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração – 1922-1977*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 231.

¹³ *La Correspondencia Sudamericana*, 30/09/1928. p. 14.

composta por Paulo de Lacerda, Leôncio Basbaum, Mário Grazzini e Danton Jobim. É preciso que se destaque ao menos dois aspectos dessa *I Conferência*. Primeiro: ela reafirmava a idéia do papel quase que central da “questão camponesa” no movimento revolucionário dessa região. Como nos anos anteriores, o SSA/IC se apoiava nas teses da própria IC, pelas quais o processo revolucionário no grupo dos países “semicoloniais” e “semifeudais” – grupo a que pertenceria toda a América Latina – seria condicionado pela participação efetiva do “campesinato” como aliado do “proletariado” (urbano). Em função dessa preocupação e da problemática contida na fórmula da luta “antifeudal” e “antiimperialista”, o SSA/IC listava uma série de medidas em relação ao campo que deveriam ser incorporadas pelos programas dos PCs do continente. Na *I Conferência*, por exemplo, seria indicada como “tarefas imediatas”: luta contra os grandes proprietários, contra as sobrevivências feudais, contra as imposições fiscais, contra as empresas imperialistas que monopolizavam o comércio e exploravam os camponeses, contra toda a “trava” a seu desenvolvimento, pela devolução de terras às comunidades, pela abertura de créditos agrícolas e pela criação de organizações para a distribuição e circulação de seus produtos. Mais adiante seria consagrada um princípio que nortearia a atuação do PCB nas décadas seguintes. Em função de tal princípio acreditava-se que haveria para cada setor dos trabalhadores do campo uma forma de organização “mais adequada”: para os “assalariados agrícolas” recomendava-se a criação de sindicatos. Já para as categorias “não-assalariadas” como “pequenos proprietários”, “posseiros”, “meeiros” e “camponeses” propunha-se o estabelecimento de Ligas Camponesas. Porém – é importante que também se destaque – o SSA/IC também destacava a necessidade do estabelecimento de “alianças” entre essas duas formas de organização.¹⁴

A IC e seus órgãos continuavam a divulgar em 1930 teses e diagnósticos que já vinham sendo amadurecidos há pelo menos dois anos, como o do papel central da classe camponesas nos movimentos revolucionários do grupo de países coloniais, semicoloniais e dependentes. No seu “Projeto de Teses sobre o movimento revolucionário da América Latina”, por exemplo, a IC afirmava entre outras coisas que das três classes que tomam uma parte ativa no movimento revolucionário na América Latina – “pequena burguesia”, “camponeses” e “proletariado” – “os camponeses pobres e o proletariado agrícola constituíram-se, quase em toda parte, a mola mais possante do movimento revolucionário”.¹⁵ Tal idéia informava explicitamente algumas das diretrizes contidas no projeto de “Resolução da IC sobre a questão brasileira”, a serem adotadas pelo PCB. A comissão da IC encarregada da redação do documento era enfática: “Façam exigências genéricas sobre revolução brasileira, sobretudo luta contra imperialismo, confisco e repartição de terras estatais entre camponeses na base de *soviets*. Para os camponeses, a palavra de ordem é tomada imediata da propriedade do solo”.¹⁶ Mas há significativa mudança no tom das diretrizes: a insistente proposta de criação de *soviets* e grupos armados de auto-proteção levava a considerar o movimento camponês quase que unicamente como um vetor da insurreição armada.

Tais diretrizes, transmitidas diretamente pela IC, certamente influíram na mudança verificada na imprensa e nos documentos do PCB em relação à ênfase com que eram di-

¹⁴ *La Correspondencia Sudamericana*, agosto de 1929. p. 23.

¹⁵ Apud CARONE, Edgar. op. cit., p. 282.

vulgadas as propostas de organização dos trabalhadores do campo. Diferentemente dos anos anteriores, as menções às Ligas Camponesas passaram a ser mais constantes, mesmo que dissessem mais respeito à intenção de criá-las do que propriamente de Ligas já existentes. Ao mesmo tempo, os pronunciamentos do PCB passam a consagrar a idéia da insurreição armada como a mais eficaz solução para os problemas do campo. Parece ter sido esse o sentido de uma reportagem de julho de 1930, do jornal comunista *Classe Operária*, sobre os protestos de “pequenos lavradores dos arredores de Nichteroy [atual Niterói]” contra uma resolução do governo do Estado do Rio, que determinava a cobrança de um “imposto de viação”. “Revoltados”, os “pequenos lavradores” decidiram suspender as vendas de suas mercadorias para o então Distrito Federal e “Nichteroy”. Querendo manifestar a sua solidariedade, o jornal dizia-lhes:

“Companheiros! Organizai-vos em comitês de luta, em conselhos locais e na Liga dos Pequenos Lavradores e Camponeses!

*“Companheiros! Organizai-vos e armai-vos! Lutai por todos os meios, com todas as armas, em prol dos vossos interesses, na defesa da vossa vida e da vida dos vossos filhos! Lutai com energia e com decisão, expulsando os grandes proprietários e tomando para vós a terra que regais com o suor do vosso rosto”.*¹⁷

Um pleno ampliado do SSA/IC fora marcado para maio de 1930 em Buenos Aires. Os brasileiros neste encontro - Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Plínio Mello e Aristides Lobo – seriam duramente criticados, sendo os dois últimos expulsos do partido. Ficaria estabelecido que o Partido estava vedado a qualquer tipo de aliança com movimentos de grupos da “pequena burguesia”, em especial o “prestismo”¹⁸, sem falar da Aliança Liberal. Isso era certamente um duro golpe para a situação e a posição de Astrojildo Pereira e de todo o restante do grupo dirigente no interior do Partido. O pleno ampliado da direção nacional realizado logo depois confirmaria isso.¹⁹

Logo a seguir, o PCB passaria por uma grande crise. Pode-se dizer que os primeiros três anos da década de 30 foram quase que tomados pelos conflitos internos em torno da linha política de “classe contra classe” adotada desde o afastamento do antigo grupo dirigente em 1930. O pleno do Comitê Central de janeiro de 1932 confirmaria esta linha e a exclusão - algo freqüente neste período - de vários militantes identificados com os “desvios de direita” e com o “prestismo”.²⁰ O Partido encontrava-se, além de paralisado, praticamente desmantelado quando a IC nele interviu para reorganizá-lo no final de 1933. E durante essas intervenções, que primeiramente formalizada numa carta dirigida à direção do PCB no ano de 1930, a IC formularia propostas sobre a atuação do PCB no campo que acabariam vigorando até praticamente a década de 40. E a esse respeito, as formas de organização jogavam um papel fundamental. No entanto, a forma como eram concebidas, sob o pris-

¹⁶ WAACK, Willian: *Camaradas*: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 30.

¹⁷ *A Classe Operária*, 03/07/1930. p. 3.

¹⁸ Termo que fazia alusão à Luiz Carlos Prestes, principal líder do grupo de “tenentes” que percorreram 20.000 quilômetros, através de doze estados do Brasil, durante os anos de 1924 e 1926, na chamada *Coluna Prestes*.

¹⁹ DEL ROIO, Marcos. op. cit., p. 101.

²⁰ idem. “Os comunistas, a luta social ...”, p. 44.

ma da linha insurrecional, faziam com que fossem atribuídas às Ligas Camponesas funções quase que exclusivamente militares. A idéia da necessidade de organização das massas camponesas começava a ficar atrelada, e por isso pouco discernível, da idéia de tomada de poder pela via das armas.

A primeira instrução da IC ao PCB era de que deviam se concentrar em duas “regiões agrárias” específicas - São Paulo e Nordeste, procurando “recrutar militantes nesses distritos, apoiar seu trabalho, distribuir literatura, organizar o movimento”. Ao descrever o “método” por meio do qual tal trabalho teria que ser efetivado, a IC retomava o exemplo chinês como parâmetro a ser seguido. A luta empreendida pelos comunistas chineses contra o Kuomintang se constituía aos olhos dos dirigentes da IC como um verdadeiro modelo insurrecional a ser aplicado nos países semicoloniais. Mas havia um elemento em particular cuja implementação era insistentemente proposta ao PCB: a criação de “comitês de luta camponesa”. Para a IC eram as “melhores organizações para liderar a luta dos camponeses”.²¹ Isso demonstra que uma das conseqüências da consolidação do “exemplo” chinês como um paradigma seria justamente reduzir (e confundir) a “questão camponesa” a um problema da constituição de guerrilhas rurais.

A segunda “instrução” exortava o PCB a estabelecer “contatos mais estreitos com o movimento cangaceiro”, devendo ainda “postar-se à frente de sua luta, dando-lhe o caráter de luta de classes, e em seguida vinculá-los ao movimento geral revolucionário do proletariado e do campesinato do Brasil”.²²

Em princípios de 1934, o BSA/IC realizaria uma reunião sobre os problemas da América Meridional centrada na discussão da questão agrária. Ao fim do evento elaboraria um longo documento sobre “A situação dos camponeses no Brasil”, que sublinhava o caráter antifeudal e antiimperialista da revolução democrático-burguesa no Brasil e insistia em afirmar que o “proletariado agrícola” era o principal aliado da classe operária, mas insistia também que os “pequenos e médios proprietários” deveriam ser atraídos para a luta contra o “feudalismo” e o “imperialismo”. Contudo, apesar de considerar o Brasil como a “China do Ocidente”, o próprio documento reconhecia que a “penetração” do PCB junto ao “setor camponês” ainda era muito fraca. Uma das razões, segundo o documento, teria sido a subestimação do “potencial revolucionário” do campo e das “revoltas camponesas”.²³ A outra teria sido a condução imprimida por Astrojildo Pereira e Octávio Brandão na direção do Partido.²⁴

A questão agrária voltaria a ser objeto de extensas discussões na *III Conferência Comunista da América Latina* em outubro do mesmo ano. Mas antes de tratarmos desse evento, é necessário que recuperemos alguns aspectos do (conturbado) contexto nacional e internacional no qual o movimento comunista estava inserido.

A ascensão dos nazi-fascistas obrigou a uma nova reflexão sobre a linha política da “classe contra classe”. A reunião de grupos conservadores e reacionários numa coalizão de extrema-direita incitava os comunistas a pensar novamente na possibilidade de aliança com grupos socialistas, progressistas e até liberais com vista à formação de uma providencial “frente única”. Devido à falta de debate no interior do movimento comunista quando

²¹ WAACK, William. op. cit., p. 55.

²² ibidem, pp. 55-56.

²³ idem.

²⁴ DEL ROIO, Marcos. “Os impactos da Revolução ...”, p. 107.

da implantação da ditadura stalinista na URSS, seria muito sinuosa a recuperação daquela linha: a paralisia teórica impedia que os delegados enxergassem que no plano da práxis, o próprio movimento operário tinha rejeitado a linha “ofensivista”, que, entre outras coisas, pregava o isolamento do proletariado diante de outras forças, fossem progressistas ou não. O impasse criado no interior da IC a partir de então fez com que a data do seu *VII Congresso*, inicialmente marcada para agosto de 1934, fosse adiada.²⁵ Mas como era grande o número de delegados sul-americanos que tinha se deslocado a Moscou para participar de conferências preparatórias, o BSA/IC resolveu organizar uma reunião com delegados dos países latino-americanos para discutir a situação política do continente e traçar novas diretrizes para a “ação revolucionária” no continente. Essa reunião ficaria conhecida como a *III Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe*.²⁶ A totalidade desses delegados tinha sido escolhida de acordo com a fidelidade demonstrada em relação à linha da “classe contra classe”. Isso era um fator decisivo para que as propostas relativas à retomada da “frente única” sofressem fortes resistências. Por conseguinte, prevaleceriam as propostas pautadas no voluntarismo e no sectarismo, típicas da linha “ofensivista” de então.

Entusiasmada com o fato do Brasil poder sediar em breve uma revolução nos moldes da China, a IC elaboraria uma série de instruções a serem implementadas pelos PCB de forma a concretizar tal projeto. A atitude da direção do Partido foi simplesmente incluir, sem nenhum questionamento ou esforço de adequação, as “instruções” da IC em seus documentos políticos. Além disso, a preocupação em cumprir à risca tais “instruções” levou o Partido a considerar os “cangaceiros” como uma espécie de terceiro grupo do setor dos trabalhadores rurais, tão importantes quanto os “camponeses” e “assalariados agrícolas”. Seriam esses três grupos, segundo a Declaração do Comitê Central de agosto de 1934, que deveriam compor os “comitês armados (...) para resistirem aos despejos por falta de pagamento de dívidas e arrendamentos, aos ataques dos capangas e polícias dos fazendeiros e do governo, bem como para garantir a posse de suas terras, tomar e dividir entre si as terras dos grandes proprietários”.²⁷

Meses depois, em outubro, os delegados brasileiros presentes em Moscou, preocupados em demonstrar seu esmero no cumprimento das “lições” da IC, centrariam as suas falas exatamente sobre a atuação do PCB no campo. Nos relatos de Miranda - os quais depois do malogro de 1935 ficariam conhecidos pelo sugestivo nome de “informes-baluartes” - era o campo o lugar em que seria evidente essa “situação revolucionária”, pois, asseverava ele,

“Em todos os estados do Brasil há camponeses, trabalhadores, vaqueiros, peões, índios, negros, mestiços e brancos, nas fazendas e usinas, que querem pegar em armas. Em todos os estados do Brasil somos expulsos de nossas terras, sítios e roças. Nosso território é imenso e dentro dele há exemplo de Canudos, Contestado, Juazeiro do Padre Cícero, Prin-

²⁵ idem.

²⁶ VIANNA, Marly: “O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935”. In: *O Brasil Republicano – o tempo do nacional-estatismo* v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 74.

²⁷ CARONE, Edgar. Op. Cit., p. 152.

*cesa e milhares de outros lugares, há exemplo da gloriosa Coluna Prestes, sabemos lutar muito bem, nos defender e avançar”.*²⁸

Tal leitura “insurrecional” contribuía para reforçar um tipo de leitura sobre a “Questão Camponesa” que já vinha vigorando desde o início da década de 30 com a expulsão do antigo grupo dirigente: a atuação do Partido no campo deveria se dar exclusivamente em função da promoção de movimentos insurrecionais com vistas à tomada do poder. O grande problema é que o PCB pouco atuava nesse sentido em termos práticos, resumindo-se a tentar fazer ver, com grande dose de voluntarismo, que as lutas existentes no campo –ao que parece, com quase nenhuma participação do Partido– estariam confirmando a validade e pertinência das diretrizes “sugeridas” pela IC.

Contudo, os relatos de Miranda certamente não seriam o único motivo para que àquela leitura tenha prevalecido. Assim como em muitos países da Europa e da própria América Latina, o Brasil via crescer movimentos voltados para a formação de frentes populares como reação ao crescimento do fascismo. Segundo Del Roio, a “crescente radicalização política e os seguidos conflitos de rua que opunham fascistas e antifascistas ofereceram condições para uma ampla aglutinação de forças nacional-populares, que iria desembocar na formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL)”.²⁹ Na verdade, esta era um desdobramento de uma Comissão Jurídica Popular de Inquérito (CJPI), criada em novembro de 1934, com grande apoio do PCB, para a investigação das fontes de financiamento da fascista Ação Integralista Brasileira (AIB) e sua suposta responsabilidade por ações violentas, algumas resultando em mortes. Em torno da CJPI, que era originariamente composta por juristas e por intelectuais, foram se alinhando várias organizações antifascistas e formando-se novos comitês de frente única envolvendo sindicatos, militares, advogados, professores, parlamentares, imprensa, estudantes, grupos espíritas, ateístas e positivistas; mas já aqui se vislumbrava o papel hegemônico exercido pelos comunistas.³⁰ Foi certamente um fator relevante para que os comunistas conseguissem, quando da fundação da ANL em 23 de março de 1935, imprimir seu programa antilatifundiário, antiimperialista e antifascista como a linha oficial da organização recém-criada: por uma revolução democrática, pela nacionalização das empresas imperialistas, pela suspensão das dívidas externas, pelo fim do latifúndio e pela instauração de um “governo popular” – essas eram as bandeiras dos “aliancistas”, bandeiras pensadas como capazes de estabelecer uma união entre organizações e indivíduos de várias concepções político-filosóficas, que ia do marxismo até o positivismo, do comunismo até o liberalismo. Uma semana depois, Luís Carlos Prestes –já filiado ao PCB por imposição da I – era proclamado seu presidente de honra.³¹

Segundo Del Roio, a ANL recuperava a perspectiva estratégica do BOC e do antigo grupo dirigente, ao realizar na prática uma aliança entre parcelas da classe operária e das camadas médias urbanas.³² Contudo, a sua direção insistia em não ver as diferenças entre

²⁸ VIANNA, Marly(org.): *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995.* p. 32.

²⁹ DEL ROIO, Marcos. “Os impactos da Revolução...”, p. 110.

³⁰ idem, “Os comunistas, a luta social...”, p. 53.

³¹ ibidem. p. 54.

³² ibidem. p. 55.

a linha política de “classe contra classe”, com sua perspectiva insurrecional de curto prazo, e a da “frente única popular”, que implicava um longo e árduo trabalho de articulação e de acumulação de forças, requisitos de uma consistente frente popular. Na verdade, o Partido tentaria conciliá-los num mesmo discurso. Por conseguinte, se a ANL insistia no tema do respeito à Constituição, ao mesmo tempo ela proclamava a tomada imediata do poder: “Todo o poder à ANL” - era a sua palavra de ordem. Ou seja, na perspectiva dos dirigentes comunistas, a via liberal-democrática e a via insurrecional –de forte matiz leninista– passariam a ser faces de uma mesma moeda.

Essa ambigüidade (insurreição armada imediata/acumulação de forças) é plenamente reconhecível ao se ler as análises do Partido sobre a “questão camponesa”. Mas é importante que se frise que com o surgimento da ANL, o elemento “camponês” passou a ter, como nunca visto antes, um papel central na estratégia revolucionária dos comunistas brasileiros. As insistentes analogias feitas tanto por pecebistas quanto por representantes da IC entre a ANL e o Kuomintang chinês da década de 20, levavam a que fosse vista como imprescindível “a entrada das mais largas massas camponesas” nas lutas contra o imperialismo, o feudalismo e o fascismo.³³ Mas se em termos teóricos o papel a ser desempenhado pelos “camponeses” numa revolução era plenamente reconhecido, na prática, os comunistas brasileiros sabiam que muito ainda tinha que ser feito para a efetiva incorporação daqueles ao processo revolucionário. Num documento de julho de 1935, o Partido exultava o fato de haver rompido com “algumas incompreensões que predominavam no passado” em relação aos “camponeses”. Porém reconhecia que a sua atuação ainda era “muito débil” no campo, o que tornava imperativo a preparação de “quadros de dirigentes e ativistas” para desempenhar esta tarefa.³⁴ Aparentemente, o Comitê Central se pautava na perspectiva de um trabalho de organização e estruturação á longo prazo. Aparentemente. Pois logo a seguir –no mesmo documento– afirmava não ser “indispensável, em algumas áreas, a criação de organizações (ligas camponesas, comitês da ANL e sindicatos de assalariados agrícolas)”. “Os camaradas devem compreender, salientava a direção do PCB, que é chegado o momento de romper com a tendência de organizar os camponeses para esperar a revolução e desde já iniciar a luta em toda parte onde elas forem possíveis, sem receio nenhum de ir às lutas armadas e guerrilhas”. Essa ambigüidade aparecia de forma mais acentuada num documento anterior do mês de maio. Nele lemos que a “primeira tarefa” do partido era

*“ir aos campos desde já, organizar amplos organismos de camponeses, ligas, comitês, sindicatos de assalariados agrícolas, organizar e desencadear as lutas dos camponeses e dentro desses organismos de massa e através dessas lutas ir, desde já, formando o Partido com comunistas que aprendam a trabalhar na organizar das massas e que se salientem na direção das lutas”.*³⁵

Mas os comunistas brasileiros tinham plena consciência das dificuldades de tal empreendimento. E a IC também estava bem interada a esse respeito. Harry Berger, um ob-

³³ idem, “Os impactos da Revolução...”, p. 112.

³⁴ apud VIANNA, Marly (org.): *Pão, Terra e Liberdade*. pp. 76-77.

³⁵ ibidem, p. 52.

servador da IC, reconhecia que “nas cidades, podemos dizer que estamos mais ou menos bem representados. Fraco é, porém, o trabalho no campo. Este é o decisivo ponto fraco de todo nosso trabalho. Todo o resto vai relativamente bem, em parte até muito bem”.³⁶ Contudo, tal como os pecebistas, os homens da IC também formulavam análises e diretrizes muito ambíguas, onde elementos da linha “classe contra classe” coexistiam com elementos da linha de “frente popular”. Berger estava convicto, por exemplo, que “os camponeses, na sua luta contra o feudalismo vão organizar ligas camponesas, comitês camponeses e destacamentos de guerrilheiros que serão outro apoio do governo popular nacional revolucionário”.³⁷

Ao decretar a ilegalidade da ANL em julho de 1935, o governo Vargas contribuiria para a saída dos “aliancistas” que ainda acreditavam na via institucional. Conseqüentemente, os comunistas se viam fortalecidos. Mais do que nunca, a via insurrecional ganhava força e triunfava sobre a idéia de “frente popular”. Outro fator que concorreu para isso foi a grande leva de jovens militares que se filiaram ao PCB. Tal evento fez com que se amadurecesse a idéia de que a ANL estava perto de conquistar o apoio da maioria do Exército. O que só aumentaria a crença de que já havia condições para o desencadeamento de uma insurreição popular.³⁸ E certos disso, os comunistas iniciariam a insurreição em Natal (RN), no dia 23 de novembro, e em Recife (PE), no dia 25 seguinte. As conseqüências e repercussões já são por demais conhecidas. Em pouco tempo os comunistas (incluindo o BSA/IC) e sua exígua base de apoio foram desmantelados. Contando com valiosa colaboração da Gestapo, a polícia conseguiria em menos de seis meses efetuar a detenção de praticamente todo o escalão dirigente do PCB e do BSA/IC.³⁹

Ainda em 1935, os poucos membros que ainda conseguiriam fugir ao cerco policial procuravam elucidar os fatores responsáveis pelo fracasso da Intentona de novembro. Para a direção do Partido o principal fator residia no campo, onde “o trabalho camponês nosso ainda é muito débil, pouco organizado mesmo nos lugares onde temos mais forças e onde se fez mais agitação. Temos que ir aos campos, desde já organizar as lutas dos camponeses e passar das palavras e ações mais concretas no trabalho revolucionário nos campos”. Nesse diagnóstico, a linha insurrecional adotada pelo Partido não era objeto de qualquer correção. Ao contrário, propunham-se justamente medidas que garantissem sua efetiva implementação como a “eleição” de zonas camponesas para que os comunistas pudessem concentrar seus esforços no trabalho de arregimentação de camponeses.⁴⁰ Medida que por sinal se inspirava abertamente no exemplo chinês de criação de *soviets* de base camponesa.

Logo após a prisão de Prestes em março de 1936, a direção do PCB transferiria-se para o Nordeste. Em abril a palavra de ordem “Todo o poder à ANL” era retirada. Aparentemente, a linha insurrecional era sepultada. Aparentemente, uma vez mais. O novo Comitê Central tendo Lauro Reginaldo da Rocha (“Bangu”) como secretário-geral de uma direção composta por nomes como Honório de Freitas Guimarães (“Martins”), Deícola dos Santos (“Tampinha”), Osvaldo Costa (“Tamandaré”), Eduardo Ribeiro Xavier (“Abóbora”),

³⁶ “Carta de Harry Berger à Internacional Comunista (27-06-1935)”, apud VIANNA, Marly (org.). op. cit., p. 431.

³⁷ *ibidem.* p. 427.

³⁸ DEL ROIO, Marcos. “Os comunistas, a luta social...”. pp. 58-59.

³⁹ *idem.* “Os impactos da Revolução...”, p. 114.

⁴⁰ apud VIANNA, Marly (org.). op. cit., 1935. pp. 179-80.

Elias Reinaldo da Silva (“André”), José Cavalcanti (“Gaguinho”) e Francisco Lira (“Cabeção”),⁴¹ afirmaria que o Levante de novembro tinha sido na verdade um grande sucesso. Num tom abertamente *triumfalista* o Secretariado Nacional afiançava que a popularidade do movimento de Novembro e da ANL, assim como a “autoridade” do PCB “crescia enormemente”.⁴² A ferocidade com que o Governo reprimia tanto o movimento como o Partido não passaria de um pequeno contratempo, nada que pudesse fenecer a convicção no seio das “massas” de que a ANL e a linha por ela adotada eram o caminho a seguir para a libertação do país. O “testemunho” de janeiro de 1936 de João Lopes, o “Santa”, a respeito do que tinha se passado no Rio Grande do Norte é, no mínimo, revelador. Assim nos contava Santa:

*“O que vi em toda parte é muita satisfação do povo sobre esta arranca-da da ANL; nas cadeias todos animados e satisfeitos. Vi grande quantidade de jovens na cadeia alegres, dando vivas à ANL, a Prestes e ao PC (...) os camponeses lutando com armas na mão e lenço vermelho no pescoço e fita vermelha no chapéu; as casas dos camponeses enfeitadas de bandeiras vermelhas de papel nas portas.”*⁴³

A “Questão Camponesa” continuava tendo um papel estratégico na revolução que parecia estar a caminho. Nesse sentido, além da constituição de guerrilhas, os comunistas ainda destacavam a importância de se criarem Ligas Camponesas para “pequenos sitiantes e “camponeses” (“pequenos, médios e ricos”). Diferente-mente dos anos imediatamente anteriores, as Ligas não eram vista apenas como um simples instrumento voltado para facilitar o levantamento de guerrilhas. Mesmo que ainda enfatizassem, ainda numa perspectiva insurrecional, “a necessidade da derrubada de Getúlio, Sales e seus comparsas”, os comunistas voltavam a se preocupar com a questão da “defesa dos direitos” dos trabalhadores do campo. Mais do que viabilizar o armamento puro e simples dos camponeses, as Ligas Camponesas deveriam possuir “programas concretos de luta contra os altos impostos, as taxas sobre o produto, as altas tarifas e fretes das estradas de ferro, contra os intermediários que lhes pagam uma miséria pelo produto, contra os latifundiários que lhes roubam as terras.”⁴⁴ Retomava-se desse modo a antiga pauta de questões e reivindicações “camponesas” – ensaiada nos debates internos do Partido na segunda metade da década de 20 e que estava bem mais próxima da realidade do campo e dos “camponeses” – que tinha sido obscurecida pelo voluntarismo imprimido pelo grupo dirigente que substituíra aquele encabeçado por Astrojildo Pereira. Aliás, as linhas gerais de tal pauta marcariam presença em vários movimentos de trabalhadores rurais pelas décadas seguintes.

A partir de 1937, o Secretariado Nacional começaria a cogitar uma aproximação com Vargas. Em março desse ano, os principais dirigentes do PCB lançariam um documento

⁴¹ DEL ROIO, Marcos: “Os comunistas, a luta social...”. p. 60; RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: os Dirigentes e a Organização”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, t. III, v. 3. São Paulo: Difel, 1986.p. 379.

⁴² apud PRESTES, Anita Leocádia: *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 20.

⁴³ VIANNA, Marly. op. cit., p. 220-21.

⁴⁴ A *Classe Operária*, julho de 1936. p. 4.

intitulado “Ganhem as municipalidades para a democracia!”. A fim de combater o “secularismo” e o “esquerdismo”, criticariam as tentativas anteriormente empreendidas de desencadear lutas guerrilheiras. A linha insurrecional dava lugar à “luta por objetivos que pudessem ser resolvidos nos marcos da ‘democracia burguesa’ e não pelos *soviets*”. O voluntarismo expresso nas ações armadas dava lugar a um discurso que enfatizava a necessidade de “reeducação dos seus quadros no sentido do trabalho legal de massas e na preparação do povo para a luta pela democracia, contra o fascismo e o imperialismo”.⁴⁵ Outro aspecto importante dessa nova orientação é que o Partido deixava a “Questão Camponesa” em segundo plano e passava a considerar a burguesia industrial como a principal força motriz da revolução brasileira. A luta que seria defendida nesse momento era a da industrialização.

Mesmo franqueado apoio explícito a Getúlio Vargas, a repressão do Estado Novo contra os comunistas voltaria a toda carga no momento em que o regime demonstrava algumas afinidades com o eixo nazi-fascista. Em abril de 1940, todos os integrantes da direção seriam presos.⁴⁶ A Partido estava literalmente paralisado. Situação da qual se livraria apenas a partir de 1943, com a formação de um grupo dirigente encabeçado por Luís Carlos Prestes ainda na prisão. De certo modo esse grupo chancelaria a linha que começava a ser sinalizada pelo grupo do Nordeste desde os últimos anos da década de 30 e que consistia no apelo à união nacional em torno de Getúlio Vargas.

1945-1947: AS LIGAS CAMPONESAS VÃO DO PAPEL PARA O CAMPO

A linha insurrecional parecia ser algo de um passado bem remoto, devidamente sepultado por uma realidade que exigia bastante comedimento e muita reflexão antes de qualquer passo a ser dado. Os comunistas – e muitos outros – acreditavam realmente que se vivia em tempos de Paz: “Com a vitória sobre o nazismo, entramos realmente numa nova época. Terminou o período de guerra e começou o período do desenvolvimento pacífico” – bradava o “Guia Genial dos povos”, Iosif Stálin.⁴⁷ O próprio Prestes em seu “Projeto de Declaração da ANL e do PCB” de 1944, garantia que “somos no momento radicalmente contrários a qualquer luta contra o governo constituído e estamos certos de que esta é também a opinião da maioria esmagadora da Nação.”⁴⁸

Esta seria uma das faces mais visíveis do discurso que os comunistas brasileiros sustentariam nos primeiros acordos da “redemocratização” (outra crença intensamente difundida nessa época) inaugurada com o fim do Estado Novo. Isso só vinha reforçar a opção pela linha da “união nacional para a democracia e o progresso”, apresentada pelos comunistas como um “gesto de lealdade e de superior patriotismo”, pelo qual estendiam a “mão a todos os homens honestos, democratas e progressistas sinceros”, seja qual fosse “sua posição social, assim como seus pontos de vista ideológicos ou filosóficos e seus credos religiosos”.⁴⁹ O PCB passava a ser, portanto, o mais novo paladino da ordem política e da paz social.

⁴⁵ apud PRESTES, Anita L. op.cit., pp. 26 e 28.

⁴⁶ ibidem. p. 61.

⁴⁷ apud CARONE, Edgar. op. cit., p. 30.

⁴⁸ apud CORDEIRO, Sara Celeste Boechat: *Comitês Democráticos Populares de bairro e o Partido Comunista do Brasil na cidade do Rio de Janeiro*: uma “via de mão dupla”. Niterói, UFF, Trabalho de conclusão de curso, 2003. p. 13.

⁴⁹ “União Nacional para a democracia e o progresso”, apud CARONE, op. cit., p. 31.

Mas isso não impedia que o mesmo propugnasse por mudanças. E esta era a outra face visível do seu discurso: a luta pela eliminação, “dentro da ordem e da lei”, dos restos feudais e fascistas ainda existentes no país, e que tinham o “monopólio da terra” como seu maior emblema. A seu ver, a terra na mão de “uma minoria privilegiada” impedia a “elevação do nível de vida das grandes massas do campo”.⁵⁰ O potencial desestabilizador do “latifúndio”, encarado como uma grande ameaça à ordem e paz sociais tão almejadas, permitia que os comunistas reivindicassem medidas que pudessem pôr em xeque o cerne da estrutura de dominação que ainda vigorava no país. Esse era o programa para o campo: maior controle do sistema fundiário por parte do Estado; maior fomento à agricultura voltada para o mercado interno; entrega de terras a “famílias camponesas que se comprometam a explorá-las imediatamente”; apoio ao cooperativismo, pelo crédito barato e, “se possível”, sem juros; auxílio financeiro técnico; fixação de preço mínimo para a produção pelo governo etc.⁵¹

De um lado a defesa da paz, do respeito intransigente à ordem (apertando o cinto e a barriga se fosse preciso, como diria Prestes num comício realizado em São Paulo em 1945⁵²), da busca patriótica da união nacional. Do outro, os insistentes apelos por mudanças e medidas contra o fascismo e os “agentes do capital estrangeiro mais reacionário”. Mas em meio às ambigüidades presentes em seu discurso, o PCB implementava em diversos pontos do país uma agressiva política de arregimentação e incorporação de indivíduos e grupos da sociedade civil na rede de organizações políticas sob sua influência, que abarcava desde as grandes confederações sindicais até as pequenas células e comitês de bairro. Junto ao seu fortalecimento no plano dos movimentos sociais, seus dirigentes também almejavam impulsionar o nome do Partido no plano político-eleitoral. De fato o PCB estava decidido a se transformar num partido de massas. Tendo isso em vista, o Partido passava a se preocupar não apenas com as grandes questões e desafios nacionais, mas também com as reivindicações locais (“práticas e imediatas”), restritas ao plano do bairro, da fazenda ou até mesmo de uma única rua.

As formas organizativas de base mais utilizadas para a implementação dessa política no meio urbano seriam os Comitês Democráticos Populares, que tinha como principais objetivos: organizar um plano de reivindicações locais realizáveis; coletar dinheiro; e, realizar “toda a propaganda a seu alcance”.⁵³ Interessante observar que no caminho percorrido para a realização do primeiro objetivo, os comunistas buscavam persistentemente articular discussões “gerais” e “locais”: era comum nos encontros ou assembléias ali realizados debaterem-se lado a lado temas que iam desde a União nacional, eleições “livres e honestas”, desenvolvimento industrial das nações, campanha anti-integralista, até temas de interesse restrito ao âmbito do bairro como a necessidade de concerto de estradas, calçamentos e encanamentos d’águas, limpeza das ruas; a construção de escolas, maternidades, ambulatórios, mercados locais, escadinhas, pontes; a organização de feiras-livres; o problema da falta de água e leite; a criação de linhas de ônibus etc.

⁵⁰ VINHAS, Moisés: *O Partido: a luta por um partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 109.

⁵¹ apud CARONE, Edgar. op. cit., p. 33-35.

⁵² “(...) o Partido Comunista não deixou de apontar ao povo o caminho da ordem e da tranqüilidade. Mostrava e dizia aos operários: - é preferível, companheiros, apertar a barriga, passar fome do que fazer greves e criar agitações(...)”, in RODRIGUES, L.M.R. op. cit., p. 409.

⁵³ “Comitês populares democráticos”, apud CARONE, Edgar. op.cit., p. 57.

Igualmente interessante era a tentativa dos diretores desses Comitês em harmonizar o trabalho de formação política com a promoção de serviços assistenciais e de lazer. Junto aos debates políticos, os Comitês viabilizavam a prestação de serviços à população como cursos de corte e costura, formação de bibliotecas, cursos de alfabetização, teatro, mini-ambulatório médico, festas, conferências e palestras sobre Constituinte, democracia, função dos comitês populares, imprensa popular etc.⁵⁴ Significativa dessa postura eram as constantes chamadas do Comitê Democrático Popular de Jacarepaguá para dois eventos por ele patrocinados em julho de 1946: um era a “solenidade” promovida em comemoração à Tomada da Bastilha pelos revolucionários franceses, no dia 14; o outro era a festa junina a ser realizada no dia 29.⁵⁵ Meses depois, o mesmo Comitê convocaria todos os moradores do bairro para a inauguração de um “Posto eleitoral apartidário destinado a armar todo e qualquer cidadão com um título eleitoral”. Logo em seguida haveria um baile e distribuição de brinquedos às crianças.⁵⁶

Empreendimentos muito parecidos seriam verificados no meio rural. O resolutivo empenho no sentido de fortalecer a posição do Partido tanto no plano político-institucional quanto no dos movimentos organizados da sociedade civil, e a própria maneira como o problema do latifúndio/monopólio da terra era entendido – comumente associado aos “resquícios fascistas” da sociedade – levava a que o PCB novamente recolocasse a “questão camponesa” como um dos pontos prioritários de sua pauta. Retomava-se então a tese da classe camponesa como o aliado fundamental da classe operária na revolução democrática-burguesa. Mas, conforme dizia Engels num dos seus “ensinamentos”, era “preciso em primeiro lugar” que o partido saísse “da cidade para o campo”. Uma novidade em relação aos outros períodos é que o PCB parecia estar realmente decidido a tirar aquele “ensinamento” do papel.

Um claro indício dessa atitude se verificaria no Pleno de janeiro de 1946, que, acatando algo que já tinha sido sugerido no Pleno de agosto de 1945, criaria uma Comissão Agrária encarregada de “estudar a fundo o problema agrário” no Brasil. Outro fato significativo era o fato do órgão noticioso do Partido, o *Classe Operária*, reservar uma seção inteiramente dedicada às questões do campo. De forma a viabilizar tal iniciativa, a direção do jornal solicitava a seus leitores em abril de 1946 que enviassem “uma correspondência regular sobre aspectos do campo à redação d’A CLASSE”. Outro ponto que o jornal fazia questão de salientar era importância dos “membros, simpatizantes e amigos do Partido” se manterem em “comunicação” com a Comissão Agrária criada em janeiro último, para cuja sede, à rua da Glória, 52, deviam “ser enviados os elementos de interesse sobre o assunto”.⁵⁷

Igualmente significativas foram as mudanças no plano da orientação política. Enviar “os melhores e mais hábeis militantes para o campo”, passava desde já a ser imperativo – exortava a Comissão Executiva no Pleno de janeiro de 1946.⁵⁸ Outra questão premente, isto é, uma “tarefa imediata do “Partido e do proletariado” era a “organização dos

⁵⁴ CORDEIRO, Sara C.B. op. cit., p. 40.

⁵⁵ *Tribuna Popular*, 10/07/1946.

⁵⁶ *Tribuna Popular*, 09/11/1946.

⁵⁷ *A Classe Operária*, 06/04/1946. p. 3.

⁵⁸ *Classe Operária*, 30/03/1946. p. 15. A esse respeito ver também GRZYNSZPAN, Mário: *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-64)*. Rio de Janeiro, PPGA/MN/UFRJ, Dissertação de mestrado, 1987. pp. 98-99.

assalariados agrícolas e principalmente das grandes massas camponesas, que representam a grande maioria da nossa população rural e sertaneja”. A prioridade, portanto, recaía sobre as categorias não-assalariadas nesse momento. Algumas declarações de Prestes num dos seus vários comícios também permitem deslindar outra importante baliza da leitura que o PCB fazia sobre o campo. Retomando em parte uma perspectiva cujas raízes remontavam à década de 20, o Partido julgava que para cada setor dos trabalhadores do campo corresponderiam formas específicas de organização. As categorias não-assalariadas como “colonos”, “moradores”, “agregados”, “meeiros”, “posteiros” (vigias de gado), “posseiros”, “vaqueiros”, “peões de estância”, “trabalhadores do eito”, deveriam ser mobilizadas por meio de clubes, Ligas Camponesas, irmandades, células rurais, associações, cooperativas e “sociedades de amigos do povo do lugar”. Já os “trabalhadores do café, da cana, do algodão, do fumo, da borracha, da erva-mate, da castanha”, deveriam ser reunidos em sindicatos.⁵⁹

A primazia conferida ao setor “camponês” impulsionaria um maior investimento nas primeiras formas de organização, ou seja, as sociedades civis, que se comparadas aos sindicatos eram bem mais acessíveis, pois exigiam apenas um simples registro em cartório. Acreditava-se que eram formas mais familiares aos “camponeses”, mais próximas dos costumes locais, o que facilitaria o trabalho do Partido entre eles.⁶⁰ Mas dentre elas a que mais se sobressairia foram sem dúvida alguma as Ligas Camponesas.

Em poucos meses, a partir do final de 1945, os comunistas as disseminariam por vários pontos do país. A primeira delas a ser criada teria sido a Liga Camponesa de Dumont (um distrito de Ribeirão Preto), conforme depoimento de um antigo militante do partido, Irineu Moraes, que por sinal tinha sido o seu criador.⁶¹ Podemos mencionar também as Ligas Camponesas de Escada, Goiana, Pau D’Alho e Iputinga (Pernambuco);⁶² Bauru, Cruzeiro, Fernandópolis, Suinama (São Paulo);⁶³ Nova Iguaçú e São João de Meriti (Estado do Rio de Janeiro);⁶⁴ Jacarepaguá, Vargem Grande e Distrito Federal (cidade do Rio - DF);⁶⁵ Catalão, Nova Aurora, Urutaí, Pires do Rio, Orizona e Goiandira (Goiás).⁶⁶ Há também informações que dão conta de sua forte incidência no Triângulo Mineiro,⁶⁷ e no Paraná.⁶⁸

Infelizmente, ainda não há informações mais detalhadas sobre a atuação e composição de boa parcela dessas Ligas. Neste trabalho, as informações que possuímos dizem respeito apenas às Ligas de Dumont, do Distrito Federal, de Iputinga e as de Goiás citadas acima.⁶⁹

⁵⁹ idem.

⁶⁰ COSTA, Luiz Flávio Carvalho: *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense/ UFRRJ, 1996. pp. 2 e 15.

⁶¹ WELCH, e GERALDO, Sebastião: *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 86.

⁶² AZEVEDO, op. cit., p. 56; CHILCOTE, op. cit., p. 231-32.

⁶³ *A Classe Operária*, 01/05/1946. p. 10; 16/03/1947. p. 7; 02/04/1947. p. 6.

⁶⁴ Revista *Problemas*, agosto-setembro/1949. p. 30.

⁶⁵ SANTOS, Leonardo Soares dos. pp. 126-28. Jacarepaguá e Vargem Grande eram localidades da zona rural carioca (também chamada de Sertão Carioca). Suas Ligas eram na verdade Ligas subsidiárias da Liga Camponesa do Distrito Federal.

⁶⁶ MORAES, Jadir de: *A revanche camponesa*. Goiânia: Editora da UFG, 1999. p. 61

⁶⁷ idem. Para o autor, as Ligas Camponesas dessa região teriam sido as principais fomentadoras de suas congêneres goianas, especialmente aquelas localizadas em cidades mais próximas.

⁶⁸ *A Classe Operária*, 10/08/1946. p. 7.

⁶⁹ Tais informações estão presentes em COSTA, Luiz Flávio Carvalho. Op. cit., p. 20; MORAES, Jadir de. Op. cit., pp. 61-62; SANTOS, Leonardo Soares dos. Op. cit., pp. 126-28; WELCH, Cliff & GERALDO, Sebastião. Op. cit., pp. 86-89.

Por acaso, conseguimos levantar ainda um documento a respeito da Liga Camponesa de Cruzeiro dos Peixotos, uma pequena cidade do interior do estado de Minas Gerais. Embora constituído um universo de análise muito pequeno, os dados sobre suas atuações revelam importantes traços em comum entre elas (importante tendo em vista que pertenciam a estados diferentes). A propósito, é interessante notar que alguns aspectos dessas Ligas permaneceriam presentes na trajetória das organizações “camponesas” das décadas de 50 e 60 – incluindo-se as *outras* Ligas, comumente associadas à figura de Francisco Julião.

Um primeiro aspecto que salta aos olhos é a importância que as Ligas comunistas davam ao fornecimento de assistência jurídica aos seus associados, em clara sintonia com o lema do Partido, pelo qual a resolução de todo e qualquer tipo de conflito deveria se dar pela “via legal”. Nas Ligas de Iputinga e do Distrito Federal, havia até mesmo um departamento jurídico que disponibilizava esse tipo de assistência aos seus associados. Por sinal, o responsável por esse departamento na Liga Camponesa do Distrito Federal, o advogado Pedro Coutinho, era também o seu presidente. Outro ponto em comum - que se devia ao fato de todas essas Ligas reunirem “arrendatários” - seriam os esforços de seus advogados em estabelecer melhores condições de arrendamento. Mas há que se destacar que em Goiás, as Ligas puderam contar com o apoio de dois deputados do PCB – Abrão Isaac Neto e Paulo Alves da Costa – na luta pela baixa do arrendo, que variava entre 40% e 70%. Fator decisivo para que a redução da taxa de arrendo para 20% fosse incluída na Constituição estadual.⁷⁰

Outras ações judiciais recorrentes tinham a ver com violências praticadas por “fazendeiros” e “grileiros”, como “tomada de terra” e queima de lavoura. Não raro os “arrendatários” se diziam prejudicados por essas ações, contudo elas atingiam com muito maior frequência os “posseiros”. Os quais eram maioria entre os membros da Liga Camponesa do Distrito Federal.⁷¹

Além da ação judicial propriamente dita, tais Ligas buscavam exercer outras formas de pressão, especialmente dirigidas aos poderes públicos como envio de memoriais a juízes (Liga Camponesa de Suinama – SP), vereadores, deputados e senadores (Liga Camponesa do Distrito Federal). Não custa lembrar que esta tinha a seu favor o fato de estar localizada no principal centro político do país, o que lhe permitia exercer uma pressão frente a instituições de maior abrangência: os memoriais feitos em seu nome, por exemplo, eram entregues pessoalmente por meio de comissões que compareciam à Câmara de Vereadores, à Câmara Federal e ao Senado. Mas um detalhe que deve ser frisado é que essas Ligas sempre tencionaram estabelecer relações de aliança com grupos e personalidades políticas de inserção extralocal, procurando, com o “apoio fora das fazendas”, comprometer outros setores da sociedade com os seus movimentos reivindicatórios.⁷² Cabe assinalar que

⁷⁰ Perspectiva semelhante pautaria a atuação das Ligas Camponesas “criadas” em Pernambuco na década de 50, conforme nos mostra AZEVEDO, op. cit., p. 60 e ss. Ela também pode ser vista, embora com menor intensidade, na atuação de algumas Ligas Camponesas da Paraíba – ver AUED, Bernadete Wrublewski: *A vitória dos vencidos: PCB e Ligas Camponesas. 1955-1964*. Florianópolis: UFSC, 1986. p. 53.

⁷¹ Mesmo aqueles que eram de fato “arrendatários”, passarão a reivindicar a condição de “posseiros” a partir da década de 50. Esse fenômeno se verificaria, por exemplo, tanto no Sertão Carioca como na Baixada Fluminense, no estado do Rio.

⁷² Como bem mostra AZEVEDO, op. cit., pp. 61-61, empreendimento semelhante seria realizado - sob orientação do seu advogado e também deputado socialista Francisco Julião - a partir de meados da década de 50 pela Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), conhecida mais tarde como Liga Camponesa do

além da assessoria jurídica, a Liga de Cruzeiro dos Peixotos fornecia produtos farmacêuticos aos seus associados. É bem provável que a mesma prática ocorresse em outras Ligas.

Outro ponto visível em todas essas Ligas – exceto nas de Goiás – era a preocupação com a questão das condições de produção e comercialização dos produtos agrícolas. A de Iputinga, por exemplo, segundo depoimento de Pedro Renaux – seu fundador –, “auxiliava na produção através da instalação de um sistema de irrigação, de distribuição de sementes e adubos, e na administração do uso coletivo de um trator; além disso, organizava a distribuição dos produtos administrando os boxes que ocupava no Mercado de Cordeiro”. Já a do Distrito Federal incluía em seus próprios estatutos reivindicações como: pleitear o fornecimento gratuito de ferramentas agrícolas e sementes; pugnar pela criação de mercados livres e diretos, com a abolição dos intermediários; lutar pela redução e abolição de todos os impostos, que recaem sobre os pequenos lavradores e que oneram a produção agrícola e asfixiam o pequeno lavrador; criar e desenvolver cooperativas de produção e consumo para uso de seus associados e de suas famílias. Além de conferências, assembleias e mesas-redondas, a organização de feiras era um outro evento que a Liga de Jacarepaguá comumente realizava.

Um último aspecto a ser destacado diz respeito às atividades de propaganda e “conscientização” partidária realizadas no interior das Ligas. Vejamos este testemunho, que apesar de marcado pela ideologia anti-comunista, dava uma certa idéia do trabalho ideológico que era realizado na Liga de Cruzeiro dos Peixotos. Para aquela testemunha, esta testemunha tinha como fim especial “invocar os seus associados nas normas do impatriótico do PC” e ainda introduzir na mentalidade deles “que o regime atual é um fascismo disfarçado em democracia, e o regime comunista é o único capaz de beneficiar o Brasil em todos os pontos de vista e, principalmente ao homem rural”. Nas Ligas de Dumont e do Distrito Federal também era intenso o trabalho de propaganda a favor dos candidatos do partido e da sua própria linha política, por meio de palestras e conferências que em geral versavam sobre assuntos como a importância do voto e outros “temas constitucionais”. Coincidência ou não, tratavam-se exatamente de duas Ligas que nasceram como desdobramento de Comitês Democráticos Populares de Dumont e de Jacarepaguá respectivamente, os quais, como já vimos, tinham na propaganda e formação política de seus membros um dos seus principais alvos. Uma outra iniciativa que era realizada pelo Comitê Democrático Popular de Jacarepaguá e que a Liga Camponesa do Distrito Federal faria questão de levar a diante eram as constantes promoções de “festas camponesas” em sua sede.

A intensa repressão desencadeada sobre essas Ligas a partir de maio de 1947 seria, a nosso ver, o principal motivo para que elas tenham durado tão pouco tempo e não devido à hipótese delas terem sido “meros apêndices” da estrutura “unitária e centralizada” do PCB. Se assim fosse tal avaliação também deveria incidir sobre as centenas de Associações de Lavradores e Sindicatos criados e/ou controlados pelo Partido nas décadas de 50 e 60 – e que, junto com as Ligas Camponesas criadas a partir de meados da década de 50, também foram quase todas extintas pelo Governo militar instaurado com o golpe de 64.

Engenho Galiléia. A mesma linha seria adotada pelas Ligas Camponesas da Paraíba a partir de 1958 – ver a esse respeito AUED, Bernadete W. op. cit., pp. 33-43.

Mas antes desse, um golpe anterior - a decretação da ilegalidade do PCB em maio de 1947, poria cobro a toda uma série de experiências que o Partido vinha vivenciando a partir da redemocratização. Os debates e discussões surgidas dentro e fora do Partido a partir da atuação que ele começava a implementar no campo foram subitamente abortados. E com eles uma determinada leitura que se fazia da “Questão Camponesa”, cuja resolução - assim era entendida - não se daria por um simples “assalto ao poder”. O trabalho no campo então desenvolvido pelos comunistas sugeria que o problema era bem mais complexo, pois passava por um sistemático trabalho de mobilização e organização dos trabalhadores em “organizações camponesas”, acumulando forças por meio de alianças com outros setores da sociedade (inclusive com “os da cidade”); por esse prisma, o PCB acreditava que estavam sendo criadas condições para que a classe “camponesa” pudesse atuar como um agente capaz de alterar a correlação de forças políticas do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. Memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982.
- CASTELLO BRANCO, Telma Regina Simões. *Os Posseiros de Parambu e sua luta pela terra: a reconstrução histórica dos atores determinantes de um conflito pela terra na Serra da Ibiapaba*. Fortaleza, UFC, dissertação de mestrado, 1987.
- CHAIÁ, Vera Lucia Michalany. *Os Conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul - SP [1959-1969]*. São Paulo, USP, dissertação de mestrado, 1980.
- CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração - 1922-1977*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- A CLASSE OPERÁRIA, 1928 a 1947. Rio de Janeiro. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.
- CORDEIRO, Sara Celeste Boechat. *Comitês Democráticos Populares de bairro e o Partido Comunista do Brasil na cidade do Rio de Janeiro: uma “via de mão dupla”*. Niterói, UFF, Trabalho de conclusão de curso, 2003.
- LA CORRESPONDENCIA SUDAMERICANA, set./1928 a ag./1929. Buenos Aires. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense/ UFRRJ, 1996.
- CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *“Aconteceu longe demais”*. A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período 1950-1964. São Paulo, PUC, Dissertação de Mestrado, 1994.
- DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa*. A política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- _____. “Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940)”. In: *História do Marxismo no Brasil - Partidos e organizações dos anos 20 aos 60* v. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

- _____. “Os impactos da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil”. In: MORAES, João Quartim de. e REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil – O impacto das revoluções* v. 1. Campinas: Unicamp, 2003.
- GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-64)*. Rio de Janeiro, PPGA/MN, Dissertação de mestrado, 1987.
- KAREPOVS, Dainis e MARQUES NETO, José Castilho. “Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)”. In: *História do Marxismo no Brasil – Partidos e organizações dos anos 20 aos 60* v. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- _____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses. Comunistas e a constituição de classes no campo*. Campinas, Unicamp, Tese de doutorado, 1995.
- MORAES, Jadir de. *A revanche camponesa*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.
- PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio histórico e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.
- PROBLEMAS, agosto-setembro/1949. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. “Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In: *História do Marxismo no Brasil – Partidos e organizações dos anos 20 aos 60* v. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: os Dirigentes e a Organização”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, volume 3. São Paulo: Difel, 1986.
- SANTOS, Raimundo. (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.
- SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964*. Niterói, UFF, História, 2005.
- STÉDILE, João Pedro (Org.). *História e natureza das lutas das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. Memórias v. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1974.
- TRIBUNA POPULAR, 1945 a 1947. Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
- VIANNA, Marly.(org.) *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995.
- _____. “O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935”. In: *O Brasil Republicano – o tempo do nacional-estatismo* v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
-

- VINHAS, Moisés. *O partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- WAACK, William. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- WELCH, Cliff. *Seed was planted: the Sao Paulo roots of Brazil's rural labor movement, 1924-1964*, The. Pennsylvania, Pennsylvania State University Press, 1999.
- WELCH, Cliff e GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
-